
	<p align="center"><b>COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP</b> C.G.C./M.F. Nº 44.837.524/0001-07</p>	
<p align="center"><b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b></p>		
<p align="center"><b>Relatório Anual da Diretoria-Executiva - 1999</b></p>		

## 1 - PALAVRA DA DIRETORIA

No exercício de 1999 o processo de modernização do Porto de Santos avançou significativamente, tendo a CODESP deixado inteiramente as operações portuárias propriamente ditas, para a partir de 1º de agosto assumir seu novo papel como Autoridade Portuária. Essa transformação decorreu da aplicação crescente do estabelecido na Lei nº 8.630, de 25-02-93, que desenhou o novo perfil dos Portos Brasileiros, em especial do Porto de Santos, por tratar-se do maior e mais importante Porto da América do Sul.

Ao assumir a direção do Porto de Santos, em 27-04-99, a atual Diretoria-Executiva da Companhia dedicou-se à tarefa de completar o processo de modernização e privatização iniciado com aquela lei compatibilizando com a necessidade de buscar o equilíbrio econômico-financeiro, diminuindo seu prejuízo contábil, que no primeiro quadrimestre de 1999, acumulava R\$ 44,6 milhões (R\$ 11,2 milhões/mês). Ao final do exercício, verificou-se resultado negativo da ordem de R\$ 80,7 milhões, depreendendo-se que já sob a nova administração, o déficit mensal caiu para R\$ 4,5 milhões, mostrando tendência decrescente, sobretudo se levado em conta que parte substancial desse resultado negativo decorreu de registros contábeis obrigatórios, referentes à atualizações monetárias e condenações judiciais por débitos de exercícios anteriores.

Dentre as medidas saneadoras adotadas pela nova Diretoria incluíram-se anulação de contratos, revisão de outros, abertura de sindicâncias para apurar situações indicadas pela Auditoria Interna e Conselhos de Administração e Fiscal, e bem assim, para atender às determinações do Ministério dos Transportes, da CISET e do Tribunal de Contas da União, inclusive relativos a exercícios anteriores e aos quatro primeiros meses do exercício de 1999, sob responsabilidade de Diretoria anterior.

Em decorrência, a Administração do Porto enfrentou ainda no exercício dificuldades de ordem financeira com naturais repercussões na sua capacidade de manter investimentos necessários, mas mesmo sob essas condições adversas conseguiu diminuir as pendências financeiras e estabilizar sua relação com o mercado.

Além de amplo conjunto de medidas saneadoras, a administração deu novo alento ao processo de modernização do Porto de Santos para torná-lo mais eficiente, capaz de prestar serviços de melhor qualidade, sem onerar o Estado e deixando à iniciativa privada as operações portuárias e o atendimento ao exportador e importador brasileiros.

É notória a transformação que vem ocorrendo no Porto de Santos. Avanços significativos foram obtidos, e uma ação intensa da nova direção permitirá à Empresa concluir os ajustes necessários. O caminho traçado pelo Governo para o Porto de Santos reservando-lhe o lugar de destaque a níveis nacional e internacional na logística de exportação e importação brasileiras foi reafirmado pelos novos recordes de movimentação de cargas alcançados neste exercício, indicando a consolidação do novo modelo portuário implantado no país. Em 1999 o Porto de Santos operou 42.675.507 de toneladas de carga, recorde histórico de todos os tempos.

Apesar desses resultados operacionais alvissareiros, às portas do século XXI, o Porto de Santos precisa estar estruturado para os desafios que os novos tempos vão apresentar, do ponto-de-vista tecnológico, econômico-financeiro ou estratégico, dentro da moderna visão da logística integrada.

O mundo globalizado, a modernização tecnológica e a integração ao Mercosul, passam a compor, entre outros itens, a gama das questões a exigir respostas do Porto, como parte do esforço de afirmação econômica do país. O Porto de Santos precisa refletir essa nova realidade e, mais do que acompanhá-la, estar adiante dela, antecipando seus efeitos e, por isto, ter prontas as respostas necessárias para os novos desafios.

O início da implantação da Autoridade Portuária do Porto de Santos, gradativamente foi se tornando efetiva. No exercício de 2000 deve-se completar, cumprindo-se na prática o escopo da legislação de modernização dos portos. Melhorar a imagem do Porto junto à comunidade, ao mercado e à nação foi tarefa ingente a que a administração se dedicou. Ao lado dos recordes operacionais, das medidas saneadoras e da ampliação das parcerias econômicas, também muito contribuiu para esse objetivo a agenda sócio-cultural desenvolvida durante o ano que estreitou os laços porto - cidade, devolveu a auto-estima aos codespanos e portuários e propiciou oportunidades de melhora na qualidade de vida de todos os envolvidos na faina do Porto.

É importante destacar que todos os esforços comerciais foram desenvolvidos no sentido de atrair e ampliar as possibilidades do Porto de Santos no comércio marítimo internacional, no entanto esbarrou-se na especificidade dos objetos dos contratos de arrendamentos que não permitem movimentações de outras cargas, principalmente pelo aspecto polivalente necessário a uma instalação portuária. Para corrigir esta deficiência, a Diretoria-Executiva está remodelando os próximos arrendamentos, abrindo o objeto da forma mais ampla possível e estabelecendo, como item de avaliação, o menor preço a ser cobrado nas operações, no sentido de atrair e consolidar mercados para o Porto de Santos.

Não podemos deixar de citar ainda o apoio recebido do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, e

bem assim, do Conselho de Autoridade Portuária - CAP do Porto de Santos, que foram importantes agentes no processo de recuperação administrativa e de reconstituição da imagem do Porto de Santos e da CODESP, perante o governo e o país. Além disso, todos os avanços conseguidos foram frutos do esforço dos funcionários da empresa, de seu corpo técnico altamente qualificado, dos demais trabalhadores portuários e da associação com as empresas privadas que atuam no Porto de Santos, em perfeito entrosamento com a Autoridade Portuária.

## **2 - A EMPRESA**

A Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, no que lhe for aplicável, e pelo seu Estatuto. Tem por objeto social realizar a administração e a exploração comercial: a) do Porto de Santos; b) dos demais portos ou instalações portuárias já incorporadas ou que vierem a ser.

Além do Porto de Santos, estão sob responsabilidade da CODESP, mediante Convênio com o Governo Federal, as Administrações dos Portos de Laguna (SC), Fluvial de Estrela (RS) e as instalações das Hidrovias da Bacia do Sudeste e do Paraná - Tietê (AHRANA/SP), da Bacia do Paraguai (AHIPAR/MS) e das Bacias do Sul, incluindo as do Rio Uruguai e da Lagoa dos Patos (AHSUL-RS), conforme Termo de Aditivo ao Convênio de Descentralização dos Serviços Portuários e Hidroviários nº 002/90-SNT/DNTA, firmado com o Governo Federal, com prazo aditado até 31-12-2003.

O capital social da CODESP aumentou em R\$ 218.235.529,84 (Duzentos e dezoito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), mediante a incorporação de créditos da UNIÃO e integralização de recurso dos acionistas minoritários, conforme ofício nº 406/ PGFN/PGA, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de 05-05-99, e registrado no Balancete Patrimonial de 31-05-99, passando de R\$ 904.425.269,60 (Novecentos e quatro milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos ) para R\$ 1.122.660.799,44 ( Hum bilhão, cento e vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), representado por 102.234.147.168 ações, sem valor nominal, sendo 51.117.073.587 ações ordinárias e 51.117.073.581 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única. A União é acionista majoritária, possuindo 99,97% das ações.

O Porto Organizado de Santos dispõe de, aproximadamente, 11.900 metros de cais, com profundidades variando entre 7,3 e 14,2 metros (DHN). Desse total, o trecho do Valongo-Paquetá, com cerca de 1.135 m, encontra-se inoperante para obras de alargamento.

O Porto Organizado conta com 24 berços especializados, a seguir descritos, com profundidade de 8,3 a 14,2 metros ( DHN ), 2 (dois) dos quais em propriedade privada ( Cutrale e Dow Química ).

### **MARGEM DIREITA**

- **4 berços no Terminal de Granéis Líquidos da Alamoá;**
- **6 berços destinados a contêineres ( T-35 e T-37 );**
- **2 berços no Corredor de Exportação, destinados a granéis sólidos;**
- **1 berço no Terminal de Passageiros.**

### **MARGEM ESQUERDA**

- **3 berços no Terminal de Contêineres;**
- **2 berços no Terminal de Fertilizantes de Conceiçãozinha;**
- **2 berços no Terminal de Granéis Líquidos na Ilha do Barnabé;**
- **2 berços para Granéis Sólidos e Carga Geral no Terminal da Cargill;**
- **1 berço para Granéis Sólidos no Terminal da Cutrale (privado);**
- **1 berço para Granéis Líquidos no Terminal da Dow Química (privado).**

## **3 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA - EXECUTIVA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

Durante o ano de 1999, a Diretoria-Executiva da CODESP foi presidida até 26-04-99, pelo Sr. Paulo Fernandes do Carmo, substituído naquela data pelo Sr. Wagner Gonçalves Rossi, que assumiu a função de Diretor-Presidente a partir de 27-04-99. Também compuseram a Diretoria-Executiva até 26-04-99, os Srs. Arnaldo de Oliveira Barreto, Diretor de Engenharia; Francisco José Baraçal Prado, Diretor de Operações; Márcio Silveira Bueno, Diretor de Desenvolvimento Organizacional; e José Araújo Costa, Diretor Financeiro, sendo que as funções da Diretoria de Gestão Portuária foram desenvolvidas pelo então Diretor-Presidente, Sr. Paulo Fernandes do Carmo, uma vez que o titular daquela Área, Sr. Frederico Victor Moreira Bussinger, havia renunciado ao cargo em 23-10-98.

A partir de 27-04-99, assumiram, também, as Diretorias da Empresa, no lugar dos acima citados, os Srs. Amaury Pio Cunha, Diretor de Administração e Finanças; Fernando Lima Barbosa Vianna, Diretor Comercial e de Desenvolvimento; e a partir de 30-08-99, assumiu, formalmente, a Diretoria de Infra-estrutura e Serviços, o Sr. Francisco Vilarde Neto, que já respondia pelo expediente daquela área, todos com mandato até 08-11-2001.

Cabe ressaltar que a mudança de denominação das Diretorias da Empresa, conforme verifica-se acima, deve-se à Implantação da Nova Estrutura Organizacional da CODESP - Autoridade Portuária.

O Conselho de Administração foi presidido até 26-04-99, pelo Sr. Fernando Antônio Carvalho Baldiotti, e a partir de

27-04-99, pelo Sr. Luís Henrique Teixeira Baldez. Completam a composição daquele Órgão Colegiado, também a partir de 27-04-99, os Srs. Wagner Gonçalves Rossi, Marcos Reginaldo Panariello, Milton Vila Silva, Rubens da Silva e Francisco Edgar Tavares, todos com mandato até 08-11-2001.

O Conselho Fiscal foi presidido pelo Sr. Murilo Marques Barboza, compondo também, o Colegiado, os Srs. Fernando Victor Castanheira de Carvalho, Nelson Oly Varella, André Luiz Marques Canoilas e Marcos Antonio Lima das Neves, sendo que, este último, foi substituído pelo Sr. João Batista da Silva Fagundes a partir de 27-04-99.

#### **4 - ESTUDO REALIZADO E METAS ATINGIDAS NO EXERCÍCIO**

**4.1 - Arrendamentos:** o Programa de Arrendamentos e Parcerias - PROAPS foi susgado, temporariamente, no sentido de se definir uma nova modelagem, havendo inclusive consulta ao Conselho Nacional de Desestatização - CND.

Ressalta-se que a nova modelagem se faz necessária, pois na forma anterior era considerado vencedor do PROAPS aquele que oferecesse o maior investimento. Pela necessidade de obter o retorno do seu capital investido, as tarifas que praticavam eram altas. Outro fator é a perda de flexibilidade na movimentação de mercadorias. Como o contrato determina o que movimentar, uma área ou armazém ocioso não pode ser utilizado para auxílio de outro lotado, com carga diferente da contratualmente estabelecida, ou mesmo para atração de outras cargas que poderiam ser movimentadas no Porto de Santos, atingindo-se um menor custo logístico e melhora da movimentação junto ao comércio internacional.

Um estudo realizado sobre a capacidade total de movimentação do Porto, se totalmente ocupado e modernizado, demonstra os seguintes valores:

##### **Hipótese A - OPERADOR PORTUÁRIO ÚNICO**

Área Operacional : 6.099.993 m<sup>2</sup>  
Índice de Produtividade: 10 t / m<sup>2</sup> x ano  
Capacidade Máxima: 60.999.930 t / ano

##### **Hipótese B - VÁRIOS OPERADORES PORTUÁRIOS**

Área Operacional : 6.099.993 m<sup>2</sup>  
Com perda de 15% dessa superfície, referente a edificações e acessos internos, nas várias áreas arrendadas, tem-se:  
Área Operacional : 5.791.967 m<sup>2</sup>  
Capacidade Máxima: 57.919.670 t / ano

Perda em cerca de 25% na movimentação de granéis sólidos e carga geral solta, exatamente pelas limitações contratuais que não permitem utilizar áreas para outra carga que não aquelas estipuladas em contrato.

As participações de granéis sólidos e carga geral solta, calculadas sobre 57.919.670 t / ano seria de:

Granéis Sólidos: 19.765.088 t / ano  
Carga Geral Solta: 4.734.933 t / ano

Calculada a perda de 25% sobre tais valores, e abatidos da movimentação de 57.919.670 t / ano, chega-se a **50.000.000 t / ano**, no caso de vários operadores.

**4.2 - Terceirização dos Serviços Condominiais:** de forma assemelhada com os PROAPS, a terceirização dos serviços vem sendo tratada na busca de uma solução que atenda com presteza o interesse público, como por exemplo os estudos que estão sendo levados a efeito com as ferrovias que atendem o Porto, visando a transferência da operação e manutenção do sistema ferroviário; a questão da Usina de Itatinga, bem como, dos guindastes elétricos de pórtico e balanças.

**4.3 - Transferência de Pessoal ao OGMO:** após a implantação do OGMO/SANTOS, a partir de setembro de 1997, a CODESP através de seu Programa de Desligamento, já rescindiu o contrato de trabalho de 2.160 (dois mil, cento e sessenta) empregados das categorias de capatazia, com direito ao cadastro e registro no OGMO, para trabalho na condição de avulsos.

**4.4 - Reciclagem do Quadro de Pessoal:** desenvolvimento na preparação de seu pessoal para o exercício das atividades de fiscalização como Autoridade Portuária. Preparação para o seu sentido institucional e organizacional e sua base legal, mediante seleção e treinamento de equipes, objetivando as competências e habilidades requeridas, bem como, novos regimes de trabalho e quantificação de pessoal.

**4.5 - Estrutura Organizacional da Autoridade Portuária:** a partir de 01-06-99, por intermédio da Resolução da Presidência nº 072/99, foi iniciada a implantação da nova estrutura organizacional da Autoridade Portuária, devidamente homologada pelo CONSAD e referendada pelo MT e MOG.

**4.6 - Programas de Qualidade Portuária e Ambiental:** dentro da nova estrutura organizacional, foram desenvolvidas várias ações, quais sejam:

- a) celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental-TAC, para as operações de descarga e armazenamento de enxofre no TEFER, firmado entre CODESP e CETESB;
- b) inclusão nos novos contratos de arrendamento de exigências quanto à implantação, pelos arrendatários, das

Normas ISO 9000 (Qualidade), 14000 (Meio Ambiente) e BS-8800 (Segurança e Saúde);

- c) Resolução da Presidência nº 138/99, de 19-11-99, regulamentando a movimentação de mercadorias perigosas no porto organizado;
- d) Resolução da Presidência nº 139/99, de 19-11-99, disciplinando as operações de carregamento e descarregamento no leito carroçável;
- e) Resolução da Presidência nº 140/99, de 19-11-99, para casos de acidentes ambientais;
- f) fiscalização rotineira de meio ambiente e segurança do trabalho nas áreas do porto organizado, arrendatárias e operações de navios, com eventual elaboração de "Relatório de Inspeção"; e
- g) estudos diversos em andamento para implantação de sistema de gestão integrada de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança.

**4.7 - Aprimoramento do Sistema de Custos:** a implantação do novo sistema informatizado de contabilidade financeira e de custos, cobrança, faturamento, folha de pagamento e compra - suprimento, foi contratada junto à Universidade de São Paulo - USP, e ao final de 1999 estava em fase final de testes e implantação definitiva.

**4.8 - Revisão da Situação Financeira:** visando o equilíbrio econômico-financeiro, várias medidas foram tomadas:

- a) cancelamento ou redução de contratos de prestação de serviços;
- b) renegociação de PROAPS e Contratos Operacionais (Petrobrás e Corredor de Exportação);
- c) ajustes no quadro de pessoal da empresa, com a implantação da nova estrutura organizacional e redução efetiva de horas extraordinárias a partir de novembro de 1999;
- d) redução substancial na requisição de pessoal ao OGMO, considerando a efetivação da saída da CODESP das operações portuárias;
- e) as reduções tarifárias de 7% programadas para março e setembro/99, foram suspensas, através de negociação com o Conselho de Autoridade Portuária - CAP;
- f) restabelecido pela Diretoria da empresa novo incentivo ao desligamento voluntário, com a inscrição de 205 ( duzentos e cinco ) empregados;
- g) recebimento de significativos valores faturados que estavam sendo contestados por usuários do Porto;
- h) término da requisição de mão-de-obra supletiva na área administrativa;
- i) parcelamento já firmado das dívidas com o INSS, PORTUS e Salário Educação, e com a mesma solicitação junto ao FGTS.

**4.9 - Programa de Expansão do Porto de Santos:** referido programa, com financiamento do Governo Japonês através do OECF, está sustado por orientação dos MT e MOG.

Os serviços de Consultoria prestados pelo Consórcio Internacional PACIFIC - MAUBERTEC foram totalmente pagos pela OECF e a CODESP está efetuando o pagamento de juros conforme estabelecido contratualmente. A amortização do principal será iniciada em 2002.

**4.10 - Dragagem de Manutenção:** dragados 2.453.116 m<sup>3</sup>, sendo 1.230.781 m<sup>3</sup> no canal de navegação e bacias de evolução e de 1.222.335 m<sup>3</sup> junto aos berços de cais.

**4.11 - Ampliação do Terminal de Contêineres:** o nono aditivo ao contrato nº 88/048/00 foi cancelado pela Decisão nº 135/99 - TCU - Plenário, publicado no DOU de 15-04-99. A Diretoria-Executiva da CODESP, em sua 959ª Reunião (Ordinária) realizada em 01-10-99, declarou nulo o respectivo aditivo, bem como decidiu, para cabal cumprimento à referida decisão do TCU, autorizar a conclusão e execução dos serviços emergenciais nas áreas de risco de colapso, ou mesmo para preservação de estruturas concluídas ou em andamento, mas sujeitas à instabilidade, que já se encontram praticamente prontos, devendo o TECON-2, em breve, ser transferido à iniciativa privada, através de leilão público.

**4.12 - Instalações de Defensas Fixas:** instalados 300 ( trezentos ) sistemas de defensas de borracha, sendo 107 ( cento e sete ) no cais do Macuco; 111 ( cento e onze ) no cais do Paquetá; 62 ( sessenta e dois ) no cais do Sabó e 20 ( vinte ) na Ilha do Barnabé. O contrato foi aditado em 25% para a instalação de mais 75 ( setenta e cinco ) sistemas.

**4.13 - Programa Plurianual de Atividades do Porto de Santos:** tendo em vista o porto não ter sido contemplado, em sua totalidade, com recursos do Tesouro Nacional, não foi possível sua plena execução.

**4.14 - Alienação de Equipamentos:** ocorreram quatro leilões, com 536 lotes vendidos, resultando uma arrecadação total de R\$ 3.535.571,90 ( três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa centavos ).

**4.15 - Administrações Conveniadas:** o Porto de Santos continuou administrando os Portos e Hidrovias Conveniadas, tendo executado os serviços rotineiros, como sinalizações, dragagens e manutenções várias.

**4.16 - Remoção dos destroços do navio "Ais Giorgios":** foi retirado, aproximadamente, 55% de seu casco.

## 5 - REALIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

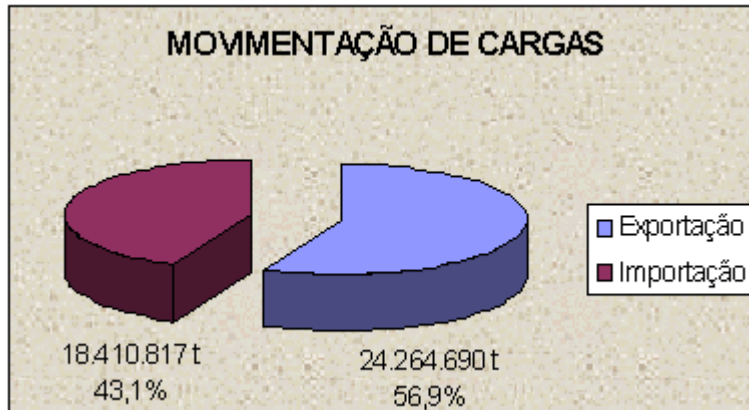
## 5.1 - Diretoria-Executiva

No exercício de 1999 foram realizadas 41 Reuniões, que resultaram em 360 Decisões desse Órgão Colegiado.

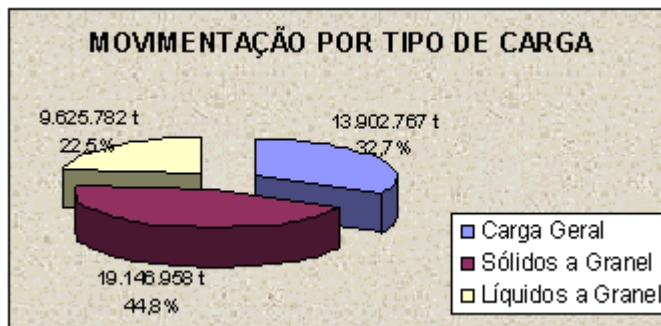
## 5.2 - Operações

a) Foi mantido o horário de funcionamento de 24 horas ininterruptas do Porto, o que melhorou, sobremaneira, os índices operacionais, com aumento de produtividade e conseqüente redução do tempo de permanência dos navios atracados, repercutindo positivamente para diminuição do custo portuário. Foram estabelecidos novos recordes de movimentação de cargas, o que resultou em marcas históricas que comprovam o êxito da parceria entre o Estado e a iniciativa privada.

b) Em 1999 o Porto de Santos acumulou **42.675.507 t** de cargas movimentadas, o que se constituiu em recorde anual, superando o anterior, **39.940.386 t**, pertencente a 1998, em **2.735.121 t**, ou seja, **6,8%**.



Do total movimentado, as importações, com **18.410.817 t**, e as exportações, com **24.264.690 t**, representaram **43,1%** e **56,9%** respectivamente. Os sólidos a granel, com **19.146.958 t**, representaram **44,8%**, a carga geral, com **13.902.767 t**, **32,7%** e os líquidos a granel, com **9.625.782 t**, **22,5%**.



No cais público, o açúcar com **5.312.694 t**, sendo **2.346.126 t**, **44,2%**, acondicionadas em sacos e **2.966.568 t**, **55,8%**, a granel, foi a mercadoria de maior movimento. Destacam-se também, **na carga geral:** café em grãos, papel e auto partes; **nos sólidos a granel:** trigo, soja em grãos, adubo, sal, enxofre, pellets de soja e pellets cítricos; e, **nos líquidos a granel:** óleo diesel, gasolina, gás liquefeito de petróleo, óleo combustível e sucos cítricos. Passaram pelo Porto Organizado, no ano de 1999, **546.972** contêineres, sendo **210.582** unidades no TECON 1, **177.743** no Terminal 37, **13.264** no

Terminal 35, **14.298** no TECONDI e **131.085** em outros pontos de atracação. Chegaram ao Porto de Santos **4.041** embarcações, das quais **4.018** atracaram.

c) Mantivemos alguns contratos de manutenção de instalações e equipamentos, com inclusão de cláusula prevendo o seu encerramento quando da conclusão dos respectivos processos de arrendamento, de alienação ou de contratação de novos serviços.

## 5.3 - Pessoal

Em continuação às diretrizes e implementações realizadas para a criação de todas as condições estruturais indispensáveis ao exercício regulador e formalizador da Empresa como Autoridade Portuária de Santos, esta CODESP obteve a aprovação do seu novo organograma pelo Conselho de Administração em 28-05-99, mediante Deliberação nº 06/99, bem como, pelos órgãos federais pertencentes ao Ministério dos Transportes e Ministério de Orçamento e Gestão.

No âmbito da Estrutura Organizacional, dos Cargos Comissionados, e do seu Regimento Interno como Autoridade Portuária, foram extintos, em 01-06-99, os 189 (cento e oitenta e nove) cargos de confiança e de função gratificada, para a concomitante implantação dos 51 (cinquenta e um) novos cargos comissionados.

Dando prosseguimento ao plano de ajuste no seu quadro de pessoal, ao mesmo tempo em que a CODESP vem negociando com o Governo Federal a obtenção de recursos financeiros necessários à indenização dos empregados a serem desligados, a Empresa restabeleceu a vigência de seu Programa de Desligamento de Pessoal, obtendo a adesão inicial de 205 (duzentos e cinco) empregados voluntários. A esse número somar-se-á o rol de empregados que serão absorvidos pelas arrendatárias, mediante entendimentos entre as partes e que figuram como cláusula nos respectivos contratos de arrendamento.

No tocante às negociações realizadas com os Sindicatos representativos dos empregados da Empresa, objetivando a renovação do Acordo Salarial (data-base junho/99), foram as mesmas formalizadas sem a concessão de quaisquer índices de correção incidentes sobre as tabelas salariais, na forma preconizada pelo Governo Federal. Restou acordado apenas o pagamento de um abono salarial no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que foi pago aos empregados em 2 (duas) parcelas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos meses de setembro e outubro daquele ano.

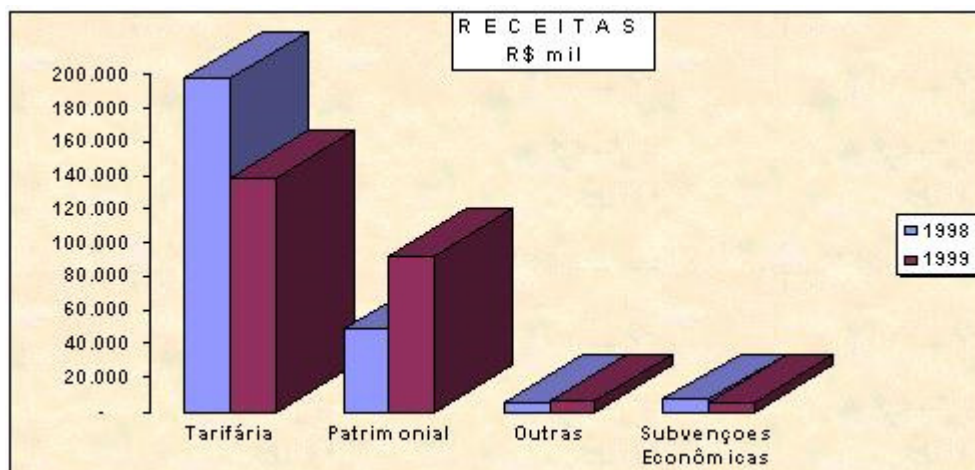
## 6 - RESULTADO ECONÔMICO - FINANCEIRO

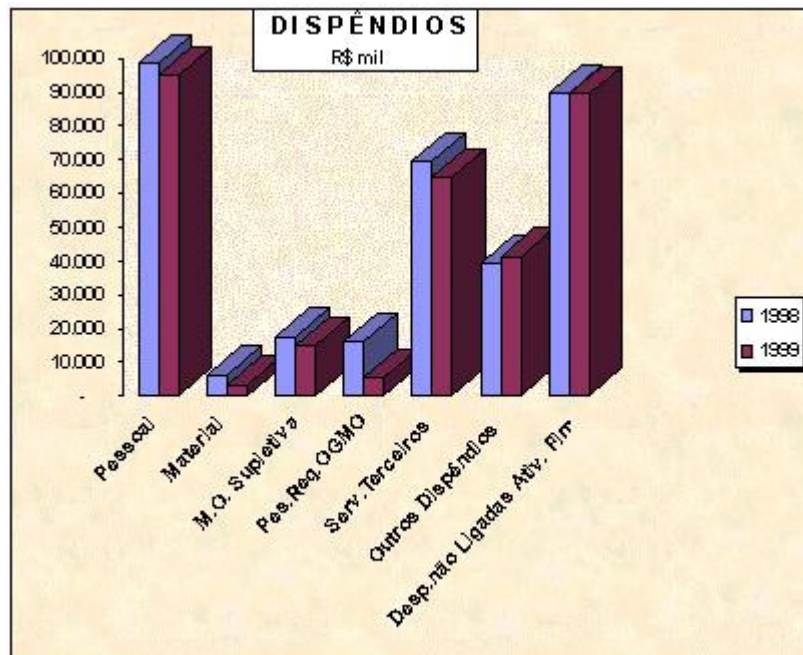
A CODESP apresentou em 1999 um prejuízo de **R\$ 80,7 milhões**, que comparado com o prejuízo do **exercício anterior**, mostra **uma redução de 7,3%**. Destacamos, separadamente, as **despesas ligadas diretamente à atividade fim**, onde observamos **um crescimento** no superávit de **214,8 %**, em relação ao exercício anterior.

R\$ mil

DESCRIÇÃO	1998	1999
<b>A – RECEITAS</b>	<b>250.918</b>	<b>233.813</b>
Tarifária	197.959	139.018
Subvenções Econômicas ( Conveniados )	6.584	5.341
Patrimonial	48.621	92.509
Outras	5.186	6.282
(-) Impostos ( Cofins, Pasep e Icms )	(7.432)	(9.337)
<b>B – DESPESAS LIGADAS À ATIVIDADE FIM</b>	<b>(248.063)</b>	<b>(224.824)</b>
Custeio	(228.348)	(205.635)
Pessoal + Encargos Sociais e Benefícios	(99.137)	(94.907)
Material	(6.285)	(3.579)
Mão-De-Obra Supletiva	(17.343)	(14.756)
Pessoal Requisitado no Ogmo	(16.159)	(5.657)
Serviços de Terceiros	(69.844)	(64.784)
Outros	(19.580)	(21.952)
Depreciação e Amortização	(19.715)	(19.189)
Depreciação	(19.449)	(18.894)
Amortização	(266)	(295)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE FIM ( A – B )</b>	<b>2.855</b>	<b>8.989</b>
<b>C – DESPESAS NÃO LIGADAS À ATIVIDADE FIM</b>	<b>(89.843)</b>	<b>(89.650)</b>
Complementação de Aposentadorias	(10.712)	(9.749)
Questões Trabalhistas	(2.429)	(2.166)
Processos Judiciais	(22.498)	(15.934)
Benefícios ( Incentivados e Aposentados )	(11.205)	(8.544)
Pdi – Plano de Desligamento Incentivado	(29.473)	(3.369)
Juros,Multas/Correções-Atraso em Pagto.	(13.526)	(20.384)
Atualiz. Créditos P / Aumento de Capital	-	(28.297)
Prejuízo na Alienação de Bens	-	(1.207)
<b>RESULTADO TOTAL ( A – B – C )</b>	<b>(86.988)</b>	<b>(80.661)</b>

OBS: Inclui Portos e Hidrovias Conveniados.





## 7 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O orçamento anual aprovado pelo Decreto nº 3.303, de 21 de dezembro de 1999, engloba o Porto de Santos e os Portos Conveniados de Laguna (APL) e Estrela (APFE), e considera os dados abaixo, apresentando as seguintes variações:

### RECURSOS

R\$ mil

FONTE	LIMITE	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Receita Operacional Bruta	217.353	237.247	9,2
Receita não Operacional	73	66	(9,6)
Subsídio do Tesouro	-	-	-
Tesouro Ordinário	45.000	9.100	(79,8)
<b>TOTAL</b>	<b>262.426</b>	<b>246.413</b>	<b>(6,1)</b>

OBS.: No limite do Tesouro Ordinário, considera-se R\$ 14.600 mil inscritos como "Restos a Pagar" no exercício de 2000 e mais R\$ 30.400 mil que não constam do PDG, mas que fazem parte do Orçamento de Investimentos (Lei nº 9.884, de 07-12-99 e Decretos de 21-12-99).

### DISPÊNDIOS CORRENTES

R\$ mil

DESCRIÇÃO	LIMITE	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Pessoal e Encargos	111.282	106.323	(4,5)
Materiais	3.017	3.223	6,8
Serviços de Terceiros	84.727	85.177	0,5
Tributos	11.028	10.713	(2,9)
Demais Dispêndios (*)	47.898	62.262	30,0
<b>TOTAL</b>	<b>257.952</b>	<b>267.698</b>	<b>3,8</b>

(\*) a extrapolação refere-se basicamente a apropriação da condenação judicial sobre o ISS-Santos, da ordem de R\$ 12 milhões, não previsto no Limite do PDG.

### INVESTIMENTOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	LIMITE	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Ampliação do TECON	14.600	14.031	(3,9)
Melhoramento das Inst. Do Porto	31.900	28.765	(9,8)
Recup. e Subst.de Equipamentos	1.100	497	(54,8)
Dragagem Canal e Derroc.Pedras	2.000	-	(100,0)
Relocação das Vias Férreas - MD	1.400	-	(100,0)
<b>TOTAL</b>	<b>51.000</b>	<b>43.293</b>	<b>(15,1)</b>

OBS.: No limite de "Melhoramentos das Instalações do Porto" considera-se R\$ 30.400 mil que não constam do PDG, mas que fazem parte do Orçamento de Investimentos (Lei nº 9.884, de 07-12-99 e Decretos de 21-12-99).

### DADOS E INDICADORES DE GESTÃO

- COMPARATIVO ENTRE 1998 E 1999 -

R\$ mil

DESCRIÇÃO	1998	1999	VARIAÇÃO %
Receita Total	250.916	237.313	(5,4)

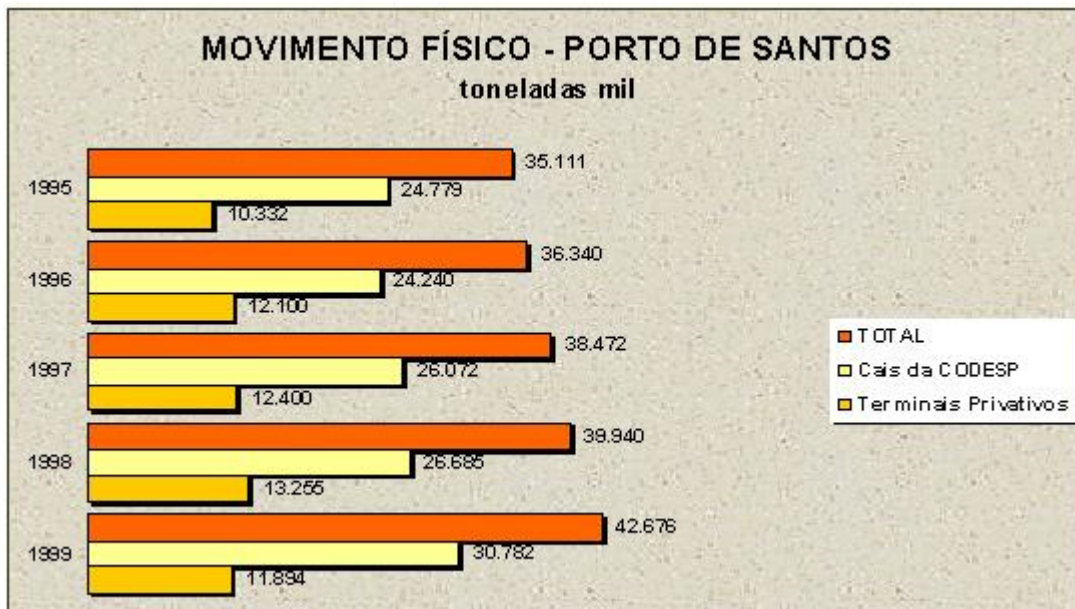
Dispêndios Correntes	325.363	267.698	(17,7)
Dispêndios com Pessoal	141.752	106.323	(25,0)
Dispêndios com Investimentos	54.164	43.293	(20,1)
Investimentos com Recursos Próprios	13.508	4.391	(67,5)
Dispêndios Correntes / Receita Total (%)	129,7	112,8	(16,9)
Pessoal / Receita Total (%)	56,5	44,8	(11,7)
Investimentos / Receita Total (%)	21,6	18,2	(3,4)

### MOVIMENTO FÍSICO

toneladas mil

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Cais da CODESP	29.000	30.782	6,1
Terminais Privativos *	14.500	11.894	(18,0)
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>43.500</b>	<b>42.676</b>	<b>(1,9)</b>
Portos Conveniados	-	580	-
<b>TOTAL</b>	<b>43.500</b>	<b>43.256</b>	<b>(0,6)</b>

\* inclusive COSIPA e ULTRAFÉRTIL



## 8 - CONTROLE DA PATROCINADORA SOBRE A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHADA - PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Quanto ao controle e fiscalização exercidos sobre as entidades fechadas de previdência privada patrocinadas, em especial quanto ao cumprimento da legislação pertinente e à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com os objetivos a que se destinarem ( § 1º do artigo 35 da Lei nº 6.435/77 ), apresentamos as seguintes informações prestadas pelo Superintendente de Auditoria Interna :

1ª) O Tribunal de Contas da União - TCU, acertadamente cobra das Empresas Estatais Patrocinadoras de Entidades Fechadas de Previdência Privada uma providência prevista na Constituição Federal, que em seu Artigo 74, Inciso II, determina que : "**Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de...comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.**" ;

2ª) A Secretaria de Controle Interno no Ministério dos Transportes, respondendo consulta formulada pela CODESP, através de sua NOTA nº 04/98/DIATE/COAUD/CISET, de 25/03/98, relativamente à fiscalização acima referida, apresentou a seguinte manifestação : "**convém destacar que os recursos públicos (entidade patrocinadora) e participantes (empregados associados), repassados ao PORTUS - Instituto de Seguridade Social, obriga as partes interessadas, na forma disposta em lei, regulamento e estatuto social, a prestarem contas da boa e regular aplicação desses recursos, bem como à periódica fiscalização e controle.**" ;

3ª) Para os Processos de Prestação de Contas de todas as Empresas Portuárias, relativos ao exercício de 1997, o trabalho de fiscalização foi realizado por um grupo composto de representantes das Patrocinadoras e dos Participantes, cujo relatório constou nos respectivos processos que foram analisados pela Secretaria de Controle Interno no Ministério dos Transportes e Tribunal de Contas da União. No citado relatório foram levantados fatos de grande relevância, adotados posteriormente pela Administração do PORTUS, que permitiu sua passagem pelo processo de reestruturação das Empresas Portuárias, sem maiores danos ao seu Patrimônio, tais como : enxugamento do Quadro de Pessoal, diminuição com gastos administrativos da Sede, para readequação com o limite estabelecido pela lei e diversificação nos fundos de investimentos, principalmente;

4ª) Nos Processos de Prestação de Contas das Empresas Portuárias, relativos ao exercício de 1998, foi juntado um relatório de uma Auditoria Externa, contratada pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, em razão da interpretação da Administração Superior daquele Instituto de Seguridade Social, de que, para o atendimento da Instrução Normativa nº 12/96, do Tribunal de Contas da União, a fiscalização e avaliação quanto à correta aplicação dos recursos públicos, poderia ser feita por uma empresa contratada pelo PORTUS.

O Conselho de Administração da CODESP recomendou, com referência ao assunto acima, que o citado relatório da Auditoria Externa, fosse analisado pelo órgão de Auditoria Interna da Empresa, com manifestação sobre sua validade para o atendimento da legislação pertinente (Instruções Normativas TCU/12.96 e SFC/04.96, Lei nº 6.435/77 e Decreto nº 81.240/78 ).

Em nossa análise, anexada ao Processo de Prestação de Contas da CODESP, do exercício de 1998, que apresentou nosso entendimento sobre o Relatório da Auditoria Externa, contratada pelo PORTUS, consideramos que a legislação não foi cumprida, nem quanto à responsabilidade de quem deve realizar o controle e a **fiscalização naquele instituto, pois a Lei nº 6.435/97 determina que: "As Patrocinadoras supervisionarão as atividades das entidades referidas neste artigo, orientando-se a fiscalização do poder público no sentido de proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios"**, e nem tampouco quanto à profundidade dos exames realizados pela Auditoria Externa contratada pelo PORTUS, porquê se restringiram à conferência das aplicações no

enquadramento às normas que se regulamentam tais aplicações (Resolução nº 2.324/96, do Banco Central do Brasil) sem contudo analisar a eficácia e eficiência de tais aplicações, conforme determina a Constituição Federal.

Em razão da interpretação da Administração Superior daquele Instituto de Seguridade Social, as Empresas Portuárias ficam impossibilitadas de cumprirem as determinações legais e estatutárias quanto à fiscalização e controle na boa e regular aplicação dos recursos públicos e dos participantes."

Há necessidade, para proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios, da definição, pelo Tribunal de Contas da União, à quem compete, no âmbito dos participantes, patrocinadoras e patrocinada, a realização do controle e fiscalização nas aplicações dos recursos públicos e dos participantes repassados ao PORTUS, principalmente quanto à sua eficácia e eficiência."

## 9 - METAS PARA 2000

**9.1 - Implantação da Avenida Perimetral Portuária:** para desviar o trânsito urbano que circula dentro do Porto, liberando áreas, possibilitando seu adensamento e aumento da área arrendável. As obras consistem na execução dos trechos Saboó-Valongo (2,0 km) e Paquetá-Macuco (4,0 km) e prevêem a construção de quatro viadutos.

**9.2 - Derrocagem de Pedras:** para a perfeita implantação da nova profundidade e possibilitar o acesso de navios de grande porte ("full container" e "cape size"), com calado de até 50 pés, faz-se necessário eliminar as restrições fixas à navegação hoje existentes, que são as pedras do Teffé e do Itapema.

**9.3 - Gerenciamento Ambiental:** proporcionará as ferramentas necessárias para os controles dos aspectos de proteção ao meio ambiente e evitará a aplicação de sanções administrativas à CODESP, pelo órgão detentor do poder de polícia administrativa, que é a CETESB.

**9.4 - Implantação do Sistema Telemático de Tráfego:** sistema de controle e gerenciamento que terá como objetivo principal garantir a segurança e a eficiência da movimentação de embarcações, incluindo os fundeadouros, a entrada do Porto e toda região portuária interna. Facilitará o gerenciamento das atividades relativas a faturamento, lista de pagamentos, registros operacionais dos navios, rotatividade de cargas e navios e proporcionará as ferramentas necessárias para alocação de recursos humanos, seleção de equipamentos e da infra-estrutura, possibilitando a otimização de atracação e operação portuária, reduzindo custos.

**9.5 - Relocação da Malha Ferroviária da Margem Direita:** em função dos arrendamentos há necessidade de remanejamentos significativos das vias férreas para atender composições ferroviárias com maior capacidade de carga, o que obrigará a substituição do padrão de trilhos de TR-45 para TR-57. Viabilizará também o adensamento e o aumento da área arrendável.

**9.6 - Sistema de Saneamento Básico:** visa complementar o sistema de saneamento básico do Porto, com a implantação da rede coletora, inclusive com a construção de estação compacta de tratamento de águas servidas.

**9.7 - Aprofundamento do Canal de Navegação e Bacias de Evolução:** possibilitará colocar o Porto de Santos nas rotas comerciais dos navios de grande porte, criando condições para a redução do valor de fretes. A profundidade final programada do canal de navegação e bacias de evolução é de -17 m (DHN), que será atingida em 3 etapas: -15 m, -16 m e -17 m (DHN).

**9.8 - Programa de Arrendamentos e Parcerias do Porto de Santos - PROAPS:** visa arrendar as áreas e/ou terminais remanescentes do Porto, bem como serviços, acessórios e equipamentos, em um total hoje previsto de 29 (vinte e nove) licitações.

**9.9 - Estrutura Organizacional da Autoridade Portuária:** dar continuidade à implantação da Autoridade Portuária, através da criação dos processos necessários ao seu perfeito funcionamento, estruturando-se suas unidades naquilo que se fizer necessário.

**9.10 - Treinamento:** para melhor preparação dos empregados da Autoridade Portuária às novas funções, está previsto um amplo programa de treinamento na área de Recursos Humanos.

**9.11 - Regularização de Contratos:** através de unidade apropriada, rever e regularizar todos os contratos existentes referentes aos arrendamentos e parcerias.

**9.12 - Nova Estrutura Tarifária:** elaborar até o início de março, após amplo estudo, uma proposta de nova tarifa, a ser apresentada ao Conselho de Autoridade Portuária - CAP.

**9.13 - Fiscalização Permanente:** através da nova estrutura, prever e dotar o porto de mecanismos próprios para uma perfeita fiscalização pela Autoridade Portuária de suas obrigações previstas na Lei nº 8.630, de 25/02/1993.

**9.14 - Situação Econômico-Financeira:** é importante ressaltar que o objetivo da atual Diretoria é trabalhar em 2000 tendo como meta prioritária, no mínimo, o equilíbrio entre receita e despesa. O PDG/2000 em sua proposta inicial prevê, até, um resultado positivo de R\$ 12,5 milhões/ano. Será priorizada a continuidade das medidas de contenção de despesas já iniciadas em 1999 e, visando minimizar o passivo remanescente de exercícios anteriores, retomar os PROAPS que estavam provisoriamente interrompidos, propiciando a entrada de novos recursos financeiros para a Companhia.

**9.15 - Terceirização de Serviços Condominiais:** continuam os estudos visando concretizar a transferência dos serviços condominiais à iniciativa privada.

**9.16 - Alienação de Equipamentos:** continuação da alienação dos equipamentos que não mais serão utilizados pela Autoridade Portuária.

**9.17 - Dragagem de Manutenção:** continuarão a ser executados os serviços de dragagem de manutenção no canal de

acesso, bacias de evolução e junto aos berços de cais.

**9.18 - Instalação de Defensas Fixas:** serão instaladas 75 (setenta e cinco) defensas, sendo 3 (três) no cais do Armazém 37 e 72 (setenta e duas) no trecho dos Armazéns 38 e 39. Deverão ser, ainda, substituídas as defensas do Terminal de Granéis Líquidos da Alamoá.

**9.19 - Remoção dos destroços do navio "Ais Giorgios":** concluir a retirada de todo o casco.

**9.20 - Programa de Desligamento de Pessoal:** dar continuidade ao Programa de Desligamento de Pessoal, objetivando a necessária redução de seu quadro de pessoal, até que se atinja a meta preconizada em sua Estrutura Organizacional para atuação como Autoridade Portuária de Santos.

## 10 - AGRADECIMENTOS

A Diretoria-Executiva deixa registrado seus agradecimentos pelo apoio que recebeu dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Autoridade Portuária, assim como dos Órgãos Diretivos e Assessores do Ministério dos Transportes e outras autoridades governamentais, em especial do Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Eliseu Lemos Padilha e de seu Secretário Executivo, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, extensivos, também, aos funcionários da Empresa pela dedicação e bom desempenho de suas funções que, em conjunto com a Diretoria-Executiva, ajudaram a escrever mais uma página na história do Porto de Santos e a mantê-lo como o maior e mais importante Porto do País.

Wagner Gonçalves Rossi

**Diretor-Presidente**

Amaury Pio Cunha

**Diretor de Administração e Finanças**

Fernando Lima Barbosa Vianna

**Diretor Comercial e de Desenvolvimento**

Francisco Vilar do neto

**Diretor de Infra-Estrutura e Serviços**

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado o Relatório da Diretoria da Sociedade, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, recomendando o encaminhamento do mesmo à Assembléia Geral Ordinária.

Brasília, 15 de março de 2000

Luís Henrique Teixeira Baldez

Presidente

Wagner Gonçalves Rossi

Conselheiro

Marcos Reginaldo Panariello

Conselheiro

Francisco Edgar Tavares

Conselheiro

Rubens da Silva

Conselheiro

Milton Vila Silva

Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado o Relatório da Diretoria da Sociedade, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, recomendando o encaminhamento do mesmo à Assembléia Geral Ordinária.

Brasília, 15 de março de 2000

Murilo Marques Barboza  
Presidente

Fernando Victor Castanheira de Carvalho  
Conselheiro

João Batista da Silva Fagundes  
Conselheiro

André Luiz Marques Canoilas  
Conselheiro

Nelson Oly Varella  
Conselheiro

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - MILHARES DE REAIS**

<b>ATIVO</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>43.139</b>	<b>44.931</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>173.743</b>	<b>129.195</b>
Caixa e equivalentes à caixa	385	2.843	Salários e Obrigações Sociais	20.502	45.828
Clientes, líquido da provisão	28.809	12.681	Fornecedores e Prestadores de Serviços	56.695	28.970
Adiantamentos a Recuperar	1.909	2.497	Impostos e Contribuições a Recolher	12.756	19.521
Estoques	762	967	Parcelamento de Débitos	36.620	1.204
Créditos Tributários	1.879	15.128	Financiamento Externo	877	479
Depósitos Judiciais – Recursos	2.776	4.404	Adicional Tarifa Portuária – ATP	6.212	6.138
Outros Valores a Receber	3.863	3.405	Provisões	13.029	19.502
Despesas Antecipadas	2.756	3.006	Créditos União Federal p/Aumento de Capital	15.184	0
			Outras Contas a Pagar	11.868	7.553

<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>91.184</b>	<b>72.407</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>162.833</b>	<b>88.645</b>
Clientes, líquido da provisão	59.502	47.753	Parcelamento de Débitos	54.193	0
Valores a Recuperar-União Federal	8.879	7.165	Débitos Portos/Hidrovias-Convênio 02/90	8.879	7.165
Bens Baixados Destinados a Venda	14.656	10.566	Financiamento Externo	25.713	7.924
Depósitos Judiciais – Recursos	5.121	3.650	Provisões	63.840	63.099
Outros Valores a Receber	3.026	3.273	Outras Contas a Pagar	10.208	10.457
<b>PERMANENTE</b>	<b>875.373</b>	<b>838.899</b>	<b>RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>116.904</b>	<b>122.006</b>
Investimentos	1.945	1.945	Arrendamento Terminal de Contêineres	116.904	122.006
Imobilizado	864.991	833.708			
Bens Móveis	177.691	198.393			
Bens Imóveis	874.030	817.913	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>556.216</b>	<b>616.391</b>
Depreciação (-)	(186.730)	(182.598)			
			Capital Social Realizado	1.122.661	904.425
Diferido	8.437	3.246			
Financiamento Externo	7.635	2.322	Prejuízos Acumulados	(566.445)	(443.974)
Estudos e Projetos	1.535	1.362			
Amortização (-)	(733)	(438)	Créditos da União – Aumento de Capital	0	155.940
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.009.696</b>	<b>956.237</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.009.696</b>	<b>956.237</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/1999 E 31/12/1998 - MILHARES DE REAIS**

<b>DETALHE</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	231.526	246.580

SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.341	6.584
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(9.337)	(7.432)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	227.530	245.732
CUSTOS OPERACIONAIS	(164.097)	(195.409)
Custos da Operação Portuária	(145.448)	(176.211)
Depreciações	(18.649)	(19.198)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	63.433	50.323
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(142.882)	(133.616)
Despesas Administrativas	(81.893)	(84.936)
Despesas Gerais e Sociais	(810)	(780)
Depreciações e Amortizações	(540)	(517)
Despesas Financeiras	(49.613)	(6.646)
Receitas Financeiras	2.528	3.216
Plano de Desligamento Incentivado	(3.589)	(33.053)
Outras Receitas Operacionais	3.754	599
Outras Despesas Operacionais	(12.719)	(11.499)
RESULTADO OPERACIONAL	(79.449)	(83.293)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.212)	(3.695)
Receitas não Operacionais	0	241
Despesas não Operacionais	(1.212)	(3.936)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(80.661)</b>	<b>(86.988)</b>
<b>PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)</b>	<b>(0,79)</b>	<b>(1,34)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/1999 E 31/12/1998 - MILHARES DE REAIS**

DETALHAMENTO	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANTES DOS CRÉDITOS DA UNIÃO	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/12/1997	904.425	(356.986)	547.439	88.050	635.489
Créditos da UNIÃO FEDERAL para Aumento de Capital	-	-	-	66.137	66.137
Juros Selic, incorporados à Reserva p/Aumento de Capital	-	-	-	1.753	1.753
Prejuízo do Período	-	(86.988)	(86.988)	-	(86.988)
SALDOS EM 31/12/1998	904.425	(443.974)	460.451	155.940	616.391
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(41.810)	-	-	(41.810)
Integralização de Capital com Créditos da União Federal	218.169	-	218.169	-	218.169
Integralização de Capital de Acionistas Minoritários	67	-	67	-	67
Transferência para o Passivo Circulante	-	-	-	(155.940)	(155.940)
Prejuízo do Período	-	(80.661)	(80.661)	-	(80.661)
SALDOS EM 31/12/1999	1.122.661	(566.445)	598.026	-	556.216

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/1999 E 31/12/1998 - MILHARES DE REAIS**

DETALHAMENTO	1999	1998
<b>1 - ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
- DOS ACIONISTAS:		
Créditos da União Federal – Aumento de Capital	-	66.137

União Federal - Integralização de Capital	218.169	-
Acionistas Minoritários - Integralização de Capital	67	-
- DEMAIS ORIGENS:		
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	69.805	16.118
Diminuição do Ativo Realizável a Longo Prazo	-	3.801
<b>T OTAL DAS ORIGENS</b>	<b>288.041</b>	<b>86.056</b>
<b>2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	80.661	86.988
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.810	-
AJUSTES AO PREJUÍZO	(24.640)	(26.226)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(19.189)	(19.715)
VALOR RESIDUAL DE ATIVOS PERMANENTES BAIXADOS	(6.901)	(9.093)
JUROS INCORPORADOS À RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	(1.753)
TRANSFERÊNCIA DE RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS P/RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.102	5.102
VARIAÇÕES MONETÁRIAS LÍQUIDAS DE ITENS A LONGO PRAZO	(3.652)	(767)
TRANSFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA PASSIVO CIRCULANTE	155.940	-
AUMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.046	-
AUMENTO DO ATIVO PERMANENTE - INVESTIMENTOS	-	4
AUMENTO DO ATIVO PERMANENTE - IMOBILIZADO	57.079	2.284
AUMENTO DO ATIVO PERMANENTE - DIFERIDO	5.485	57.963
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>334.381</b>	<b>121.013</b>
<b>3 - REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>	<b>(46.340)</b>	<b>(34.957)</b>
<b>4 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>		

NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		
- ATIVO CIRCULANTE	44.931	80.602
- PASSIVO CIRCULANTE	129.195	129.909
	(84.264)	(49.307)
NO FIM DO EXERCÍCIO		
- ATIVO CIRCULANTE	43.139	44.931
- PASSIVO CIRCULANTE	173.743	129.195
	(130.604)	(84.264)
<b>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>	<b>(46.340)</b>	<b>(34.957)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 - Em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, com sede e foro na cidade de Santos-SP, vinculada ao Ministério dos Transportes, tendo como objeto social realizar em harmonia com os planos e programas do Departamento de Portos, a administração e exploração comercial do Porto de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em decorrência do Convênio de Descentralização dos Serviços Portuários e Hidroviários nº 002/90, firmado com o Governo Federal, por intermédio do então Departamento Nacional de Transportes Aquaviários - DNTA, da Secretaria Nacional de Transportes - MT, cujo prazo de vigência foi prorrogado até 31-12-2003, conforme sétimo termo aditivo, a CODESP tem sob sua responsabilidade, desde 01-12-1990, a administração dos Portos de Laguna(APL)-SC, Fluvial de Estrela(APFE)-RS, e das Hidrovias do Paraná (AHRANA)-SP, do Paraguai (AHIPAR)-MS e do Sul (AHSUL)-RS.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associada, em aspectos peculiares da atividade, à legislação e normas específicas, abrangendo as operações do Porto de Santos e dos Portos e Hidrovias sob a administração temporária da CODESP.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo o regime de competência.
- b. Caixa e equivalentes à caixa** - Os equivalentes a caixa são aplicações em títulos vinculados ao mercado aberto, demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c. Clientes** - As contas de créditos com usuários dos serviços portuários estão avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.
- d. Provisão para Devedores Duvidosos** - Constituída com base nas perdas estimadas, seu montante de R\$ 2.709 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.
- e. Estoques** - Demonstrados ao custo médio de compra, e não excedem ao valor de mercado.
- f. Imobilizado** - Os bens de Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo valor de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo que as taxas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com a legislação. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota 6.

**g. Provisão para férias** - A provisão para férias e seus respectivos encargos foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

**h. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**i. Provisões para contingências** - Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. A natureza das provisões estão descritas na nota 12a.

**j. Créditos da União Federal para Aumento de Capital** - Correspondem a recursos oriundos do Tesouro Nacional, liberados pelo Ministério dos Transportes, para investimentos no Porto de Santos, a título de participação da UNIÃO no Capital da CODESP, que em conformidade com o Decreto 2673/98, de 16-07-98, sobre os recursos transferidos incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

A partir do exercício de 1999 referidos créditos estão sendo registrados no Passivo Circulante da Empresa, conforme determinação do Sr. Ministro do Estado da Fazenda.

#### **4. FATURAS A RECEBER, CONTESTADAS POR CLIENTES**

Do valor de R\$ 59.502 , registrado na conta Clientes (Realizável a Longo Prazo), R\$ 28.472 (R\$ 24.688 em 98) corresponde a faturas contestadas pela Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA.

As faturas de tarifa portuária foram contestadas a partir de 1992, por ocasião de reajuste tarifário aprovado pelo Telex-Circular nº 25/92-DNTA, de 27-02-1992, com vigência desde 01-03-1992 e parcialmente pagas.

Os valores em questão são objeto de ação ordinária de cobrança proposta pela CODESP junto ao Juízo da Comarca de Cubatão/SP, a qual, conforme informações da Assessoria Jurídica da Empresa, encontra-se em fase de instrução, sem a discussão do mérito, não havendo previsão de quando haverá decisão em primeiro grau.

#### **5. REPASSE DE RECURSOS AOS PORTOS E HIDROVIAS ADMINISTRADOS**

Os recursos repassados pela CODESP aos Portos conveniados encontram-se registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo pelo montante de R\$ 8.879 (R\$ 7.165 em 98), sob o título "Valores a Recuperar - União Federal".

Em contrapartida, aquelas unidades mantêm o registro dos recursos recebidos do Porto de Santos, no Passivo Exigível a Longo Prazo, sob o título "Débitos dos Portos e Hidrovias - Conv. 002/90". Esse procedimento atende ao estabelecido na Nota Conjunta DNTA/PORTOBRÁS nº 001 de 01-03-1991.

As remessas de recursos às Hidrovias estão sendo ressarcidas mensalmente através do Ministério dos Transportes, mediante comprovação dos dispêndios pelas conveniadas.

#### **6. IMOBILIZADO**

<b>DETALHE</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>	<b>TAXA DE DEPRECIÇÃO (%)</b>
Mobiliário em Geral	438	534	10
Veículos	639	2.654	10 a 12,5
Máquinas, Motores e Aparelhos	5.059	5.693	3,33 a 10
Equipamentos Diversos	1.346	1.485	3,33 a 10
Outros Bens Móveis	689	885	4 a 12,5
Bens Móveis de Natureza Industrial	94.243	105.240	3,33 a 25
<b>Edifícios</b>	10.838	11.074	2 a 6,67
Instalações	224.017	228.529	1,43 a 10
Obras Concluídas	62.601	66.156	1,43 a 6,67

Terrenos e Desapropriações	4.776	4.776	-
Imobilizado Andamento – Financ.Externo	21.742	7.786	-
Obras em andamento	377.931	340.245	-
Bens Imóveis de Natureza Industrial	60.672	58.651	3,33 a 10
<b>T O T A L</b>	<b>864.991</b>	<b>833.708</b>	

### **7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O valor constante no ativo circulante de R\$ 1.879 (R\$ 15.128 em 98), refere-se a tributos a serem recuperados da Secretaria da Receita Federal.

### **8. DESPESAS ANTECIPADAS**

O valor registrado refere-se a prêmios de seguro a pagar e férias a apropriar nos montantes de R\$ 2.415 e R\$ 341 respectivamente (R\$ 2.416 e R\$ 590 em 98).

### **9. BENS BAIXADOS DESTINADOS A VENDA**

O valor constante no Realizável a Longo Prazo de R\$ 14.656 (R\$ 10.566 em 98), refere-se a bens do Ativo Imobilizado com baixa autorizada e que estão aguardando a realização de leilão público para a venda.

### **10. SEGUROS**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Permanente da CODESP e com os bens da UNIÃO, sob uso e guarda desta Companhia, bem como mercadorias de terceiros sob a responsabilidade da CODESP, e foram contratados para o período de 30-11-99 a 29-11-00, com o prêmio total de R\$ 2.629 (R\$ 2.629 em 98), sendo as coberturas conforme abaixo:

Riscos Operacionais - R\$ 544.221 (R\$ 544.928 em 98)  
Automóveis - R\$ 17.895 (R\$ 21.468 em 98)  
Responsabilidade Civil - R\$ 3.500 (R\$ 2.000 em 98)  
Cascos R\$ 7.450 (R\$ 9.637 em 98)

### **11. PARCELAMENTO DE DÉBITOS**

Composição do saldo:	1999		1998
	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	PASSIVO CIRCULANTE
PREVIDÊNCIA PÚBLICA	11.655	46.276	-
PREVIDÊNCIA PRIVADA	2.339	7.917	1.034
PESSOAS JURÍDICAS PRIVADAS	10.776	-	170
TOTAL	36.620	54.193	1.204

## **12. PROVISÕES**

### **a. PARA CONTINGÊNCIAS**

A CODESP responde por processos judiciais, perante diferentes tribunais, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Empresa, baseada em parecer de seus assessores legais, constituiu provisão para causas que apresentem possibilidades de decisão desfavorável.

<b>Composição do saldo:</b>	<b>1999</b>		<b>1998</b>	
<b>NATUREZA</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
Cível	3.478	15.956	3.284	20.346
Tributária	-	31.795	-	27.753
Trabalhista	7.496	16.089	14.223	15.000
<b>TOTAL</b>	<b>10.974</b>	<b>63.840</b>	<b>17.507</b>	<b>63.099</b>

### **b. PARA ENCARGOS**

A provisão para férias e seus encargos sociais, registrada no passivo circulante no valor de R\$ 2.055 (R\$ 1.995 em 98), está apropriada proporcionalmente aos direitos adquiridos até a data do balanço, acrescida da gratificação de 50%, conforme previsto em acordo coletivo de trabalho.

## **13. CONTRATO DE FINANCIAMENTO EXTERNO**

Em 05-09-1991 a CODESP firmou contrato de financiamento, no valor de vinte e oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões de ienes, com o The Overseas Economic Cooperation Fund, Japão, atual Japan Bank for International Cooperation (JBIC), com taxa de juros de 4% ao ano sobre o principal desembolsado com obras e aquisições de equipamentos e de 3,25% ao ano sobre os serviços de consultoria. Os desembolsos efetuados pelo JBIC até 31-12-1999, se destinaram ao pagamento de serviços de consultoria à Pacific Consultants International - PCI, conforme contrato PRES/029.93, de 23 de julho de 1993, e totalizaram 1.566.314.941 bilhões de ienes (793,7 milhões em 98). A amortização iniciada em setembro/98, dos valores desembolsados pelo JBIC importa em 56.145.038 milhões de ienes, correspondente a R\$ 796 (R\$ 189 em 98), e será feita semestralmente até setembro de 2016.

## **14. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**

Foi apropriado ao resultado do exercício a importância de R\$ 5.102 (R\$ 5.102 em 98), correspondente à receita dos meses transcorridos em 1999 do arrendamento do Terminal de Contêineres, com vigência até 28/11/2022.

## **15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

O valor de R\$ (41.810) é resultante da não aplicação pela CODESP nos exercícios de 1996 a 1998 do disposto no Decreto 326/91 que prevê a atualização monetária pela Taxa Referencial - TR dos créditos da União para aumento de capital.

## **16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a. Capital Social Realizado**

O Capital Social no valor de R\$ 1.122.661 (R\$ 904.425 em 98) é representado por 102.234.147.168 (ações sem valor nominal, sendo 51.117.073.587 ordinárias e 51.117.073.581 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única.

**b. Detalhamento do Resultado do Exercício**

O Prejuízo é composto pelos resultados obtidos no Porto de Santos e nos Portos e Hidrovias administrados, conforme detalhado abaixo:

	<b>1999</b>	<b>1998</b>
- Porto de Santos – SP	(79.443)	(87.120)
- Porto Fluvial de Estrela – RS	(679)	(575)
- Porto de Laguna – SC	(732)	(475)
- Hidrovia do Paraná – AHRANA - SP	(148)	447
- Hidrovia do Paraguai – AHIPAR - MS	544	1.026
- Hidrovia do Sul - AHSUL – RS	(203)	(291)
- RESULTADO DO EXERCÍCIO	(80.661)	(86.988)

**17. SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**

O valor de R\$ 5.341 (R\$ 6.584 em 98), registrado como Subvenção Econômica, corresponde a recursos recebidos do Tesouro Nacional no exercício de 1999, destinados à manutenção das Hidrovias Conveniadas.

**18. PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**

O PORTUS tem como principal objetivo a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados da CODESP e da maioria das empresas do sistema portuário. Para consecução de seus objetivos o PORTUS recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras - obedecidas as determinações contidas nas Leis nºs 6435, de 15-07-1977 e 8020, de 12-04-90 - e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos empregados efetivamente vinculados àquele Instituto. As contribuições em 1999 corresponderam a:

- Contribuições Patrocinadora: R\$ 8.905 (R\$ 9.781 em 98)
- Contribuições Participantes: R\$ 3.158 (R\$ 3.558 em 98)

**19. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS**

O extinto Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais - CISE, através do TELEX nº 3812/87, de 12/06/87, autorizou a implementação, a partir de janeiro de 1988, da complementação de aposentadorias aos empregados portuários admitidos até 04-06-1965. Os valores pagos à esse título importaram em R\$ 9.749 (R\$ 10.712 em 98) e estão registrados dentro da rubrica Outras Despesas Operacionais.

**20. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

Em cumprimento ao que determina o Decreto nº 95.524, de 21-12-87, bem como o item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139, de 17-03-88, do Ministério da Fazenda, apresentamos as remunerações mensais (base dezembro/99) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, nelas computadas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, respeitado ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

**ADMINISTRADORES**

EM REAIS

- maior remuneração

7.409,79

**EMPREGADOS**

- maior remuneração	7.339,95
- menor remuneração	416,76
- salário médio	2.341,33

**WAGNER ROSSI**

Diretor-Presidente  
CPF 031.203.258-72

**AMAURY PIO CUNHA**

Diretor de Administração e Finanças  
CPF 183.286.107-44

**FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA**

Diretor Comercial e de Desenvolvimento  
CPF 261.242.117-34

**FRANCISCO VILARDO NETO**

Diretor de Infra-Estrutura e Serviços  
CPF 781.774.058-53

**AGOSTINHO DE SOUZA FILHO**

Gerente de Planejamento e Controle Financeiro  
CPF 031.203.258-72 CPF 526.182.778-72

**MÁRIO SÉRGIO RODRIGUES ALONSO**

Contador - CRC 1SP135973/0-6  
CPF 509.179.868-49

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

*Aos Srs.  
Administradores de  
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Santos - SP*

1- Examinamos o Balanço Patrimonial da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP** levantado em 31 de dezembro de 1999 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondente ao período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes. Portanto nossos exames compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3- Somos de parecer, que sujeitos aos efeitos que poderiam, decorrer do assunto contido na Nota Explicativa Nº 4, as demonstrações contábeis citadas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, em 31 de dezembro de 1999, o resultado de suas operações, as mutações do seu Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

4- A Companhia obteve acentuada redução de suas receitas, a partir da concessão de suas áreas portuárias, entretanto seus custos e despesas não foram compatibilizados a esses níveis. A continuar esse desequilíbrio será necessário, maior aporte de capital dos seus acionistas, visando sua estabilidade econômico-financeira.

5- As demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 1998, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer em fevereiro de 1999, com ressalva, quanto aos créditos da Companhia junto à Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2000.

**INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/C**  
**CRC-RJ0329 CGC:42.464.370/0001-20**

Maurício da Costa  
Sócio-Responsável  
**Contador CRC-RJ 9144-4**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado as Demonstrações Contábeis da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, recomendando o encaminhamento das mesmas à Assembléia Geral Ordinária.

Brasília, 15 de março de 2000

Luís Henrique Teixeira Baldez  
Presidente

Wagner Gonçalves Rossi  
Conselheiro

Marcos Reginaldo Panariello  
Conselheiro

Francisco Edgar Tavares  
Conselheiro

Rubens da Silva  
Conselheiro

Milton Vila Silva  
Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999, e considerando o Parecer das Auditorias Externa e Interna, declara que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e posição econômico-financeira da CODESP, pelo que emite o presente Parecer favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Brasília, 15 de março de 2000

Murilo Marques Barboza  
Presidente

Fernando Victor Castanheira de Carvalho  
Conselheiro

João Batista da Silva Fagundes  
Conselheiro

André Luiz Marques Canoilas  
Conselheiro

Nelson Oly Varella

Conselheiro